



Relatório Anual 2016

Fórum Mulher

Nota Introdutória

O ano de 2016, mostrou para nós activistas de direitos humanos das mulheres que o contexto em que temos estado a operar mudou muito. O mundo passa por mudanças e os tempos se mostram difíceis, marcados pelo elevado nível de desigualdades, guerras, enraizamento do extremismo, militarismo, a crise da democracia e corrupção. Activistas por todo mundo estão sendo ameaçados por defenderem a paz, justiça, igualdade e direitos humanos.

Moçambique não é uma excepção a este cenário e vivenciamos no presente ano a limitação no exercício de cidadania e direito de se manifestar e reivindicar acompanhada pela perseguição dos defensores dos direitos humanos. São exemplos do quão militarista o contexto está se tornando pela violência exercida na expulsão da companheira Eva Moreno decorrente de uma acção pública de denúncia a violência sexual nas escolas, a eclosão de casos de violência doméstica na classe média e alta que até então era ocultada. Este contexto nos chama a reflectir sobre a necessidade de repensar e advogar numa nova estratégia de colocar os direitos humanos no centro dos debates. Pede firmeza por parte dos activistas e defensores dos direitos humanos.

Em 2016 o Fórum Mulher a luz do 10 encontro internacional da Marcha Mundial das Mulheres, do qual teve o privilégio de hospedar, realçou a necessidade de se tomarem medidas para erradicar a violência, incluindo a praticada pelos actores estatais, a todos os níveis, alertando sobre proliferação das pequenas armas (armas brancas) que culminam com agressões entre parceiros, a violência sexual nas escolas, nas ruas dos bairros que continuam demandando da sociedade e das organizações a necessidade de promover estratégias inovadoras para desafiar e buscar soluções para enfrentar este militarismo pois o caminho que trilhamos neste momento é insustentável. Nossa intervenção parte da análise e compreensão que temos da ligação entre o militarismo e a violência baseada em género, direitos sociais e económicos numa perspectiva feminista e da necessidade de fortalecer o nosso movimento através do conhecimento, solidariedade, sonoridade, mobilização para que nossas vozes juntas possam catalizar a mudança que queremos.

Desejamos a todos uma boa leitura a este relatório que buscamos partilhar com emoção o que foi a nossa caminhada em 2016.

A Presidente de Conselho de Direcção

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre”

Simone de Beauvoir

Conteúdo

QUEM SOMOS:	4
Valores que orientam a acção do Fórum Mulher	4
Visão	4
Missão:	4
Objetivos Institucionais:	4
ESTRUTURA DO FÓRUM MULHER.....	5
PRINCIPAIS DOADORES.....	6
CONTEXTO.....	7
Oportunidades	Erro! Marcador não definido.
Desafios.....	Erro! Marcador não definido.
Desenvolvimento Organizacional.....	9
Formação	9
<i>Formação Política e Caravana feminista</i>	10
<i>Formação em liderança e participação política</i>	11
<i>Outros processos Formativos</i>	12
Desenvolvimento de Capacidades	13
<i>Subvenções aos membros e Assistências técnicas</i>	13
<i>Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)</i>	16
Governança e gestão	17
<i>Despertar</i>	19
<i>Mobilização de Recursos</i>	20
Advocacia	21
Políticas Públicas	21
<i>Revisão da Lei das sucessões e lei da família</i>	23
<i>Estudo sobre a situação da Mulher</i>	25
<i>Protocolo de género da SADC</i>	25
<i>Advocacia junto das mulheres parlamentares, mulheres das Assembleias províncias e Municipais e diferentes sectores de governo e comunidades para implementação de legislação e políticas de proteção dos direitos humanos das mulheres a nível local</i>	27
Práticas culturais e Sociais	27
Progressos	28
Alianças e Parcerias	28
<i>10 Encontro internacional da marcha mundial das Mulheres</i>	29
Comunicação e Informação	31
Progressos	31
HISTÓRIAS DE SUCESSO.....	32
Depoimentos	32

RELATÓRIO DE CONTAS	34
3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos.....	37
4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erro	38
5. Capital próprio.....	38
6. Acontecimentos após a data de balanço.....	38
DESAFIOS PARA PRÓXIMO ANO	45
Constrangimentos	45
ANEXOS	46



QUEM SOMOS:

O Fórum Mulher é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1993 e composta actualmente por 84 organizações locais, nacionais e internacionais. O Fórum Mulher define-se como sociedade civil, a partir de uma perspectiva feminista, com o papel de mediadora entre sociedade civil e Estado nas relações com as políticas governamentais e no fortalecimento das organizações que lutam pelos direitos das mulheres. Seu compromisso é lutar por transformações de princípios e práticas socioculturais que inferiorizam as mulheres, enfrentando as relações de poder hierárquicas entre mulheres e homens.

Valores que orientam a acção do Fórum Mulher

- ♀ Justiça social
- ♀ Solidariedade
- ♀ Respeito a igualdade de género
- ♀ Autonomia das mulheres

Visão

A visão do Fórum Mulher é:

Uma sociedade mais justa e solidária, com igualdade de género, que respeita plenamente os Direitos Humanos das Mulheres.

Missão:

O Fórum Mulher, sendo uma rede de organizações que defendem a igualdade de género e os direitos humanos das mulheres, impulsiona transformações económicas e socioculturais, numa perspectiva feminista, fortalecendo as acções e a influência política dos seus membros e da sociedade civil moçambicana, colaborando com os movimentos sociais nacionais e internacionais.

Objetivos Institucionais:

- Contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres e as raparigas gozam do seu direito a uma vida livre de violência, exercem os seus direitos humanos, a sua autonomia económica e a sua cidadania.
- Influenciar eficientemente as decisões políticas, as atitudes e os comportamentos na sociedade por um maior reconhecimento e observância dos direitos humanos das mulheres.

ESTRUTURA DO FÓRUM MULHER

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Coalizão – Laura Winasse

Vice-Presidente: Amudeia – Dulce Narciso

Secretaria: Horizonte Azul – Dalila Macuácuá

CONSELHO DE DIRECÇÃO:

Presidente: ONP-Paula Vera Cruz

1º Vice-Presidente: WLSA – Terezinha da Silva

2º Vice-Presidente: Lemusica – Achia Camal

CONSELHO FISCAL:

Presidente: AMMCJ – Luisa Frimino

1º Vogal: UNAC-Tereza Sumbane

2º Vogal: ORAM – Estrela Enosse

GABINETE DE COORDENAÇÃO:

Equipa Técnica

Direcção Executiva: Nzira de Deus

Administradora financeira: Leonilde Lumbela

Programa de Violência: Graça júlio

Programa de DSDR: Maira Solange, Catarina Magaia

Programa de Economia de Género:

Programa de Participação Política: Sheila Mandlate e Karina Dulobo Tamele

Programa de Fortalecimento Institucional: Júlia Mpfumo

Monitoria & Avaliação: Francisco Artur Joaquim

Administração e Finanças: Arcélio Simbine, Assunção Siteo e Lidia Ribeiro

Secretariado e Logística: Ercilia Manhique

Serviços de Apoio:

Motoristas: Pinto Camanguira e Amâncio Mucavele

Limpeza: Florinda Bila e Milagre Chambe

Segurança: Chiluvane, José, Alberto



PRINCIPAIS DOADORES

PLANO ESTRATÉGICO:

OXFAM NOVIB (Programa Agir)

COOPERAÇÃO SUIÇA

OUTROS FUNDOS:

FNUAP

Flanders

ACCD

AGA KHAN

Oxfam AMERICA

WLP

CONTEXTO

A nível internacional o ano 2016 é marcado positivamente pela discussão e aprovação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) que estabelecem novos marcos para o desenvolvimento a serem alcançados até 2030. Estes objectivos reafirmam uma vez mais a necessidade da autonomia das mulheres e raparigas com vista ao alcance da igualdade de género e estabelecem diretrizes que irão orientar a ação de advocacia junto dos governos nos próximos anos.

Por outro lado destaca-se maior visibilidade de campanhas pelos direitos humanos das mulheres com destaque para a campanha do Secretário-Geral da ONU contra violência praticada contra Mulher e Rapariga e a campanha Cidades Seguras, que alavancam os esforços existentes a nível local.

A nível regional, os Chefes de Estado da União Africana declararam 2016 ano dos Direitos Humanos das Mulheres e Raparigas, reafirmando o compromisso dos Chefes de Estado Africanos com a agenda dos direitos humanos das mulheres. Igualmente, foi aprovada a nova versão do protocolo de género da SADC que abriu espaço para a integração de metas relacionadas com a eliminação dos casamentos prematuros, uniões forçadas e combate as mudanças climáticas, criando oportunidades de advocacia com instituições regionais com destaque para União Africana e SADC.

Há ainda a destacar a aprovação da lei contra os casamentos prematuros no Zimbabwe e Malawi, á luz da operacionalização da lei modelo contra os casamentos prematuros da SADC aprovada na 39ª Sessão parlamentar da SADC, experiências que poderão ser capitalizadas para avançar a estratégia de prevenção e combate aos casamentos prematuros a nível nacional.

Referir ainda a existência da campanha regional *Women`s and Inheritance* (Mulheres e Herança) na qual o Fórum Mulher e outras organizações a nível nacional fazem parte, que alavancam os esforços existentes a nível regional e nacional, para avançar os direitos das mulheres a propriedade e herança sobretudo num contexto em que o País está no processo de revisão da Lei da Família e Lei das Sucessões.



Apesar dos avanços acima mencionados, os desafios ainda continuam. O extremismo (ISIS, DAESH, Bokom Haram) tem constituído uma grande ameaça e com impacto negativo na vida das mulheres e raparigas que se tem manifestado através do controlo sobre o seu corpo e suas vidas e está enraizado na forma de estar e de ser da nossa sociedade, como por exemplo: uso de saias maxi, assédio e violação sexual, etc.

Um outro desafio é a escassez de recursos que tem assolado as Organizações da Sociedade Civil que tem vivido situações dramáticas por conta de redução de financiamento e o Fórum Mulher não foi uma excepção.

O ano 2016 foi desafiador para o Fórum Mulher, marcado por uma forte repressão a liberdade de manifestação pública, através de reforço do policiamento e militarização das ruas. Tentativas de criminalização da manifestação pública foram usadas, como parte da estratégia de repressão, culminando com detenções e deportação de uma activista de direitos humanos das mulheres.

Todo este ciclo de manipulação e ataques gerou vários debates sobre o direito a manifestação constitucionalmente consagrado e na lei do associativismo.

Desenvolvimento Organizacional

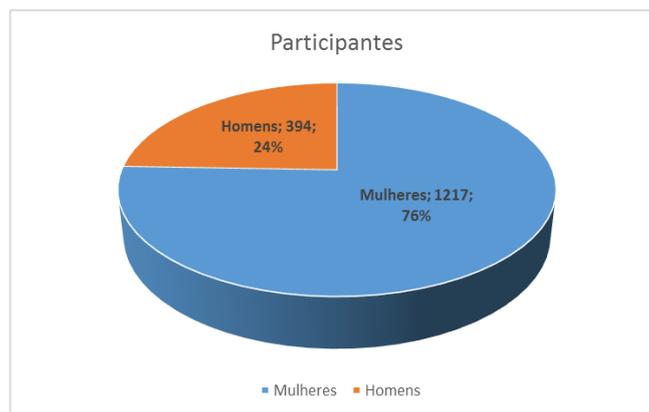
Objectivo:

Fortalecer a capacidade do FM, dos seus membros e dos seus parceiros, para intervir de forma efectiva e coordenada na promoção e defesa dos direitos humanos das mulheres.

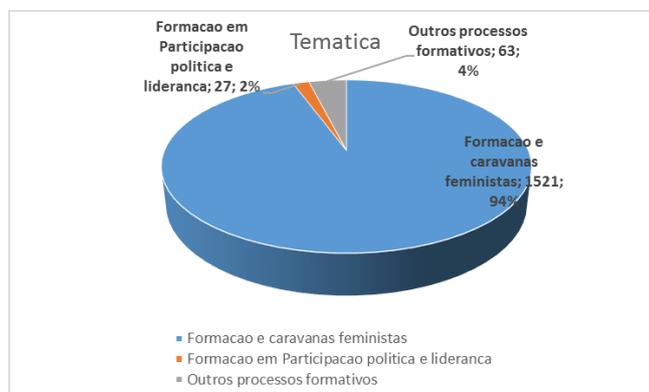
Formação

O actual contexto político, económico e social coloca ao Fórum Mulher o desafio de fortalecer cada vez mais as mulheres e raparigas e organizações membros para que tenham conhecimento e capacidade de analisarem criticamente a situação dos direitos humanos das mulheres e possam desenhar estratégias que permitam promover mudanças na sociedade.

Durante o ano de 2016 foram formados cerca de 1611 quais 1217 mulheres e 394 homens, a



maioria com idades entre os 18 e 35 anos das quais 1521 em formação e caravana feminista e



27 em participação política e liderança e 63 noutros processos formativos usando tecnologias de comunicação e informação

Formação Política e Caravana Feminista

A formação política constitui um vetor para a formação do sujeito político. Assim, para desencadear as Caravanas Feministas, trata-se em outras palavras de um processo de retroalimentação para mobilização de mulheres, jovens e raparigas a compreenderem a sociedade patriarcal e as estruturas em que assentam as desigualdades, de modo a tomarem atitudes de mudança a nível individual e colectivo. O propósito da Formação Política é exercitar o pensamento estratégico, através da combinação da teoria e a prática impulsionado a realização de acções de réplica a nível das associações e comunidades por meio das Caravanas. Enquanto a formação é focalizada para um grupo definido e pré seleccionado das associações membros e parceiras do Fórum Mulher. As Caravanas Feministas visam incluir as mulheres a todos níveis, como forma de expandir e criar diferentes formas de participação das mulheres nas comunidades, quer seja através de iniciativas colectivas assim como articulação com rádios comunitárias, acções em bairros e campanhas.

Em 2016, o nosso enfoque foi potencializar a formação a nível dos distritos, onde foi possível abranger os seguintes distritos: Murrupula e Ribáué na província de Nampula, Milange e Mocuba na província da Zambézia, Dondo, Búzi e Nhamatanda na província de Sofala, Cahora Bassa, Chiúta, Moatize e Changara na província de Tete e Montepuez, Namuno, Mocímboa da Praia e Palma na província de Cabo Delgado, e Manhiça na província de Maputo. Em cada distrito temos associações que beneficiaram directamente das formações, que serve de elo de ligação entre o distrito, o núcleo provincial e o gabinete do Fórum Mulher. (Vide a tabela em anexo das formações)

Como resultado das formações foram formadas 1521 pessoas, e deste número 377 homens e 1144 mulheres, que passaram a desenvolver acções de mobilização para a mudança de comportamento nas suas localidades, como é o caso do distrito de Milange., onde foram recolhidos depoimentos que demonstram o cometimento das participantes em transformar a vida das raparigas e mulheres, através da intervenção directa nas famílias sensibilizando-as para evitar a prática de uniões forçadas, assim como motivar a denúncia de casos de violação sexual que tenham ocorrido ou estejam a acontecer no seio familiar e da comunidade. Tivemos várias reacções em relação a denúncia, porque conseguimos quebrar o silêncio imposto as mulheres e raparigas. Muitas participantes relataram experiências passadas e recentes de violência doméstica, que pode ser comprovado pelos relatos das participantes.

Podemos afirmar que o aumento da denúncia é fruto da contribuição do processo educativo que estamos a desenvolver, no qual as activistas encontram encorajamento a partir da desconstrução da lógica da opressão de que são vítimas as mulheres.

Há ainda um maior reconhecimento por parte das mulheres sobre a importância do planeamento familiar facto evidenciado pelo crescente questionamento a ausência de diversidade de métodos a nível local e também o facto de a responsabilidade não ser partilhada. E demandam mais pesquisas sobre métodos de planeamento familiar masculinos pois fica uma grande sobrecarga para as mulheres na prevenção de gravidezes indesejadas. Os métodos tradicionais tem-se mostrado efectivos, saudáveis mas pouco expostos e explorados pelos pesquisadores, contudo estes constituem uma alternativa para as mulheres;

Por outro lado os homens formados reconhecem a existência de práticas culturais nocivas a exemplo das uniões forçadas e casamentos prematuros para as raparigas e no caso de Ribaué estes fazem posicionamentos públicos nas suas associações repudiando estas práticas. Embora ainda seja cedo para afirmar que esta mudança é efectiva, dá-nos uma indicação que a existe alguma transformação cognitiva na forma de olhar para estes problemas.

Formação em liderança e participação política

Iniciada em 2014, fruto da parceria entre o Forum Mulher e Women Learning Partnership, a Formação sobre Liderança e Participação Política, tem como objectivos dotar as participantes de ferramentas concretas para o seu empoderamento, de modo que se tornem líderes e promotoras de práticas democráticas e participativas e mudanças de género no meio em que estão inseridas. É uma formação dirigida a mulheres líderes das organizações, comunidades e partidos políticos e tem em vista formar as mulheres para que elas possam também exercer a acção política, assumindo a posição de interlocutoras das lutas das mulheres nos espaços formais e informais de discussão.

Durante o ano 2016 foram formadas 40 mulheres vinda de todas as províncias do país e representado os três maiores partidos do país nomeadamente Frelimo, Renamo e MDM.

De forma geral, com esta formação é possível verificar ou constatar que as mulheres estão cada vez mais engajadas na defesa dos direitos humanos das mulheres, onde vemos mulheres apoiando-se umas as outras no caso das denúncias sobre violência. Uma dessas mulheres é Cláudia Chauque da associação VUNEKA participante da formação em 2015 que apoiou uma rapariga em Inhambane vítima de violência sexual por parte de dois polícias que a encontraram

com o namorado e a levaram supostamente para acompanhá-la para casa e acabaram violando-a. Cláudia Chaúque vizinha da vítima acompanhou a vítima para meter queixa no gabinete de atendimento a família e menores vítimas de violência e ajudou a mediatizar o caso nos órgãos de comunicação, tendo inclusive a notícia sido veiculada por maior parte dos órgãos de comunicação do país com destaque para TVM, RM, STV, tendo os violadores sido condenados exemplarmente com oito e dose anos de prisão efectiva.

Outros processos Formativos

O Fórum Mulher tem vindo a testar desde o ano 2016 novas metodologias de facilitação de formações baseadas nas Tecnologias de Comunicação e Informação. Este processo é parte de uma iniciativa que tem financiamento e apoio da fundação AGA KHAN no âmbito do projecto ***Juntos Moçambique.***

Foram realizados no âmbito deste processo duas formações sobre ***Monitoria e avaliação e aprendizagem*** nas províncias de Inhambane e Nampula e uma sobre ***Apresentações Eficazes*** na cidade de Maputo alcançando no total 63 pessoas das quais 46 mulheres e 17 homens todas vindas das organizações-membro do Fórum Mulher. Estas formações são parte do processo de testagem destas metodologias com vista a identificar potencialidades e fragilidades. Ainda não foi possível identificar resultados de mudanças nas práticas das organizações decorrentes destas formações, contudo foi possível concluir que esta metodologia reduz para mais da metade o custo de uma formação clássica e estimula a autoaprendizagem e trabalhos em grupos o que propicia maior interesse e assimilação dos conteúdos por parte dos formandos.

Por outro lado a possibilidade de poder aceder aos conteúdos a qualquer momento coloca-se como uma solução ao problema de sobrecarga de informação que muitas vezes os participantes são expostos numa formação clássica. Contudo, o deficiente acesso as tecnologias de comunicação e informação por parte da maior parte dos membros sobretudo vindo dos distritos (quase 50% de todos os participantes não tinham nem smartphone, computador ou um tablet) e aliado a fraco nível educacional (que é crucial para o manuseamento dessas ferramentas) desafia-nos a encontrar alternativas cada vez mais próximas da realidade desses membros de modo a tornar o processo de formação mais inclusivo.

Desenvolvimento de Capacidades

Subvenções aos membros e Assistências técnicas

Em 2014 foi realizada a Avaliação sobre a capacidade dos membros para receber e gerir subvenções que apontou problemas relacionados com a governação, gestão, monitoria e avaliação nas associações. As províncias cobertas foram Tete, Nampula, Inhambane, Niassa e Zambézia e foram abrangidas as seguintes associações: AMMCJ, AKILIZETHO, FOFEN, ACADER, AMR, NAFEZA, ASSOMUDE, HIXIKANWE, FAA, MULEIDE, KUTENGA, UTOMI, VUNKA, ASSOMUDE E SÊRIXILE, somando 13 associações dos 53 membros efectivos do Fórum Mulher. Aos resultados desta avaliação somamos a assistência técnica em Monitoria e Avaliação realizada em 2015 através da assessoria técnica de uma consultora brasileira que permitiu conjugar as componentes trabalhadas na avaliação de 2014¹. Neste processo foram envolvidas as seguintes organizações: ACADER, LEMUSICA, MULEIDE, FAA, NAFEZA, FOFEN, VUNKA, AMUDEIA, ASSOMUDE em duas etapas, a primeira em 2014 e a segunda em 2015.

Em 2016, retomamos a articulação com as associações com base aos avanços produzidos pelos dois processos acima, focalizamos as províncias de Inhambane, Tete e Nampula como prioritárias para o desenvolvimento organizacional. Nestas províncias o destaque foi para a consolidação dos Núcleos provinciais, em Tete e Inhambane. No caso de Tete, a Fundação Apoio Amigo é a organização que hospeda o Núcleo das Associações Femininas de Tete (NAFET)² que desde 2008 a semelhança do Fórum das Associações Femininas de Niassa (FOFEN)³ recebem o apoio técnico do gabinete do Fórum Mulher. A criação de núcleos constitui a estratégia do Fórum Mulher de fortalecimento de movimento de mulheres criando os alicerces a nível local.

¹ Relatório final da avaliação de capacidades das parceiras para receber e gerir subvenções, 2014.

² O Fórum Mulher teve apoio da Oxfam Novib através do Projecto de Apoio a Equidade e Empoderamento da Mulher (PAEGEM) nas duas províncias mencionadas. Após o seu término foram feitas acções de seguimento para assegurar o funcionamento dos dois núcleos. Niassa respondeu positivamente o Fofen está funcionar em pleno, e Tete esta ainda em processo de registo do NAFET mas tem realizado as acções a nível da província. Em Inhambane o apoio para dinamizar a criação do Núcleo das Mulheres de Inhambane ou Fórum das Associações Femininas de Inhambane, foi através do acordo de parceria com Agência de cooperação Catalã e Desenvolvimento (ACCD) no período de 2008/2009 e 2009/2010.

³ O FOFEN tem um secretariado funcional e com instrumentos próprios e já esta legalizada.



Na província de Inhambane o processo de assistência técnica no período de 2015 e 2016 teve enfoque no processo de criação do Fórum de Associações Femininas de Inhambane e nas questões de gestão, governação, monitoria e avaliação para as associações que fazem parte do projecto de criação do núcleo. Para além das associações no colectivo houve maior incidência sobre a associação VUNEKA que esta a hospedar esta iniciativa, é a organização que recebe os fundos da subvenção.

Assistência Técnica Programática

Realizada com maior destaque para as províncias que recebem e gerem subvenções, este processo visa fortalecer a capacidade das organizações de planificar e implementar actividades, gestão e governação transparente, focalizando sobretudo na capacidade de articulação entre as organizações e estas com outros actores chaves da sociedade e governo, usando esta articulação como principal estratégia de advocacia pelos direitos humanos das mulheres a nível local.

Como resultado deste processo a Fundação Apoio Amigo (FAA) e o Núcleo das Associações Femininas de Tete (NAFET) a nível da província de Tete conseguiram assegurar articulação com os Gabinetes de Atendimento a Família e Menores, Procuradoria provincial e a Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social para melhorar o atendimento as mulheres vítimas de violência. Este avanço pode ser comprovado pelo número de encontros realizados pela FAA e NAFET e estes órgãos no âmbito da implementação do plano de desenvolvimento de capacidades estabelecido com o Fórum Mulher. Tendo resultado no maior envolvimento das Procuradoras nas acções de mobilização dos direitos das mulheres. Outro destaque é na priorização da violência doméstica a nível da Procuradoria.

Para além do enfoque sobre a advocacia com os actores estatais, foram estabelecidos contactos e acções com a sociedade civil com vista a aumentar o número de associações envolvidas no combate a violência contra as mulheres e raparigas e uniões forçadas. Estas acções resultaram no envolvimento de mais de pessoas 415 nos distritos de Moatize, Chiúta, Changara, Cahora Bassa e cidade de Tete.

Assistência Técnica em Monitoria e avaliação

Iniciado em 2014, este processo tem objectivo fortalecer a capacidade das organizações e da rede nesta componente. Este processo tem servido sobretudo para muitas organizações pensarem e reflectirem sobre suas práticas e sistemas de M&A sobretudo para questões relacionadas com o registo e reporte das ações realizadas. Realizada com maior enfoque nas províncias que beneficiam de subvenções, nomeadamente Tete, Inhambane e Nampula, este processo também foi realizado nas províncias da Zambézia, Cabo delgado e Maputo. Como resultado deste processo em Inhambane, Tete e Nampula foram elaborados planos orientados para resultados o que permitiu as organizações a melhor identificar as melhores estratégias de intervenção. Foram ainda elaborados e estão em uso nessas províncias fichas de recolha de dados e reportagem o que ajudou a melhorar a qualidade dos relatórios enviados por essas províncias ao gabinete e aos seus parceiros. Um exemplo claro dessa melhoria e a inclusão de depoimentos e histórias de mudanças nos relatórios do Nafet e Já e possível visualizar mudanças e histórias de sucesso nos relatórios da VUNEKA.



Membros do núcleo de associações femininas de Inhambane em trabalho de grupo durante a assistência técnica em M&A

Assistência Técnica em Gestão financeira

O processo de assistência técnica financeira tem como objectivo capacitar os membros e parceiros que implementam actividades que contribuem para o alcance dos objectivos institucionais do Fórum Mulher.

A Assistência técnica financeira teve foco na elaboração de relatórios periódicos, gestão orçamental e manter a funcionalidade correcta da organização com auxílio dos instrumentos técnicos contabilísticos, melhorando a qualidade e aplicação da informação e de sistemas de controlo interno.



De salientar que o essencial nesta assistência é melhorar a qualidade e aplicação da informação e de sistemas do controlo interno, com maior transparência, flexibilidade nos processos e eficiência operacional no geral.

Esta assistência permitiu que todos os colaboradores das organizações beneficiárias, bem como membros tivessem noção do que é um Orçamento, como é desenhado pois é um instrumento base para o desenvolvimento das actividades.

Este processo, ajudou as organizações a prestarem contas em tempo útil bem como a clarificar as questões colocadas pelo gabinete atempadamente e evitou os constrangimentos verificados nos anos anteriores, marcados por atrasos sucessivos que criavam dificuldades ao Fórum Mulher no cumprimento do calendário de prestação de contas, assumidos nos acordos de parceria

Subvenções

Durante o ano 2016 o Fórum Mulher alocou em forma de subvenções **USD 56.183** dos quais **USD 29.003** para província de Inhambane, **USD 27.180** para província de Tete.

Contudo devido a persistência de problemas relacionados com a falta de transparência nos processos de gestão e governação da ACADER, mesmo depois de varias intervenções do gabinete com vista a sanar estes, a subvenção para a província de Nampula passou a ser gerida no gabinete através de pagamento directo as actividades realizadas acordadas no plano de subvenção sob coordenação da ACADER. Neste momento o gabinete esta junto da plataforma de organizações femininas a busca de uma organização que possa substituir a ACADER na recepção e gestão dos fundos.

Por outro lado foi seleccionada a equipe de consultores que vai facilitar a elaboração a política de subvenções, O contracto foi assinado contudo os trabalhos serão realizados em 2017.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

As avaliações efetuadas em 2014 e 2015 culminaram com a elaboração do Plano de Desenvolvimento institucional (2015-2018) que se mostrou ser um instrumento de grande importância para a vida institucional do Fórum Mulher pois o mesmo indica as mudanças que devem ser operadas para a rede se manter sustentável, relevante, de confiança e eficaz.

Em 2016, avançou-se na criação de uma comissão de acompanhamento da execução deste plano, composta por membros e conselheiros que deverão acompanhar e orientar o Conselho de Direcção e a Direcção executiva na implementação do mesmo. Existe um compromisso por parte do Conselho de Direcção, dos membros e da equipa executiva em efectuar as mudanças contudo, as mesmas devem ser feitas com devida participação e envolvimento de todos.

Os órgãos sociais tiveram uma formação para análise e compreensão dos seus papéis e atribuições.

Foi discutida a política Anti -fraude e recolhidas as contribuições dos membros e a mesma deverá ser aprovada na próxima Assembleia Geral do FM. Iniciou-se o processo de elaboração da política de subvenções.

Foi lançado o concurso para contratação de consultor para elaboração da política de recursos humanos que deverá concluído no 2º trimestre de 2017 e foram elaborados os termos de referência para elaboração da política de mobilização de recursos. O processo de desenvolvimento institucional não é estático e sim dinâmico, e passa sempre por processos de reflexão de como a organização está a caminhar rumo a alcance da sua sustentabilidade politico-ideológica, de pertença pelos seus membros e económica.

Retiro da Equipa do Gabinete

Em Outubro o Conselho de Direcção e a equipa realizaram um retiro para reanalisar o plano de actividades existente e actualizá-lo e do processo confirmou-se a necessidade do FM se reorganizar com vista a responder aos desafios do contexto e manutenção do estatuto como rede activa, de referência, profissional e com capacidade de incluir a diversidade de mulheres. Igualmente foi um momento para reflectir sobre as dinâmicas internas e criar sinergias para alavancar os direitos das mulheres e raparigas.

Governança e gestão

No presente ano na componente de governança destacamos a participação mais activa e efectiva dos órgãos sociais na governança e gestão do Fórum Mulher. A realização de encontros do Conselho de Direcção, a fiscalização dos processos administrativos e financeiros e acompanhamento das actividades pelo Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia respetivamente,

demonstra uma maior segurança das lideranças em gerir a rede e melhoria da relação com o gabinete do Fórum Mulher. Os encontros de Conselho de Direção serviram principalmente para compreensão do PDI, definição de prioridades e estratégias para implementação do mesmo, bem como definição dos papéis de cada membro do CD. Na componente política. Foram tomadas decisões sobre a realização do 10º encontro internacional e sobre o papel que a Direção devia tomar na preparação e durante o encontro.

Foram realizadas visitas aos membros do Fórum Mulher, para conhecer os trabalhos que tem realizado, a vida organizacional e reestabelecer a ligação com a rede. Neste processo constatou-se que muitos membros estão a enfrentar inúmeros desafios na componente de financiamento para realização das ações, mas também que organizações como AVIMAS, CAPAZ, Fórum de Inhambane, estão a prosperar pois buscaram alternativas as barreiras buscando alianças com outras organizações ou grupos.

Foi ainda realizada da 22ª assembleia de membros que aprovou o desempenho do ano anterior e plano de actividades e orçamento para o presente ano. Esta Assembleia admitiu ainda dois novos membros, nomeadamente: Fundação Apoio Amigo –FAA sediada em Tete e o Fórum das Organizações Femininas do Niassa-FOFEN. Acreditamos que estas organizações irão contribuir para o fortalecimento da rede potenciando as outras na sua área de expertise e elevar a qualidade de advocacia para avanço dos direitos das mulheres.



22ª assembleia de membros

O Conselho Fiscal é um órgão de auditoria e controlo do Fórum Mulher e dentro das suas atribuições realizou auditorias internas com objectivo avaliar a eficiência e eficácia de sistema de controlo interno em vigor na organização.

Neste contexto, foram feitas verificações de legalidade dos instrumentos de gestão, a fragilidade dos registos financeiros, bem como a articulação entre os vários sectores do Fórum Mulher.

Neste âmbito, foram recomendadas medidas de melhorias nos instrumentos de gestão interna e sua remissão para a aprovação da Assembleia Geral. Cumprir a deliberação da Assembleia Geral relativamente as quotas, melhoria na realização da conferência mensal dos documentos.

Este órgão, também realizou acompanhamento das actividades na província de Nampula, concretamente nas actividades realizadas no âmbito de subvenção a ACADER, onde foram constatadas alguns problemas de implementação e gestão por parte deste membro do Fórum Mulher.

Assim, foi recomendado a identificação de uma pessoa para responder pela logística dentro da organização, identificar distritos que assegurem a intervenção desta organização, focalizar a sua intervenção, bem como seguimento das recomendações das avaliações realizadas na ACADER.

Ainda no âmbito das suas atribuições analisou os relatórios narrativos e financeiros do ano de 2016 e teceu alguns comentários a serem tomadas em conta no relatório final, bem como elaborou o seu parecer fiscal para o mesmo ano.

Despertar

O Plano de Acção *Despertar* é um, processo que surgiu decorrente da necessidade de apoiar o fortalecimento institucional do gabinete e dos membros para assegurar a sustentabilidade do projecto político e organizacional e transformar o Fórum Mulher numa instituição com melhores respostas aos seus desafios programáticos e políticos institucionais.

Baseado no diagnóstico realizado em 2010 - *Avaliação de Capacidade das Organizações Membros do Fórum Mulher*, cujo objectivo foi desenvolver uma base de dados com informações sobre a capacidade de intervenção e as necessidades das organizações membro e que classificou organizações em 3 grupos: A (mais estruturadas na gestão e articuladas politicamente); B (estruturadas, mas com limites na gestão e na acção política); C (limites na estruturação e na acção política), assenta-se nas seguintes dimensões: **Reflexão – aprendizado – mudança sobre o projecto político e o sentido da luta das organização membros; sobre o sentido de pertencimento às lutas colectiva do Fórum Mulher; sobre as capacidades das organizações na gestão de seu projecto político; sobre a sensibilidade do gabinete do FM para apoiar e perceber as dificuldades de cada membro para responder a complexidade de respostas ao Plano Institucional do FM** e engloba os níveis **pessoal, comunitário, organizacional**

Iniciado em 2011 e com uma interrupção em 2014 e 2015 este processo beneficiou 27 organizações⁴

No âmbito do regaste desta metodologia e avaliação dos impactos dos processos dos anos anterior, o Fórum Mulher visitou em 2016 dez (10) Organizações membros. Das visitas foi possível perceber as dinâmicas internas de trabalho, conhecer melhor os programas em curso e fortalecer parcerias.

⁴ **Organizações de nível C:** AVIMAS, AMORA, AMUEDO, PROMUGE, AVVD, CA PAZ, SE REXILE, SINTIMAP, Horizonte Azul, ACTIVA, Urafiqui Ne Wana, APARMO,

Organizações de Nível B: ACOORD, ASSOMUDE, MUGEDE, AMUDEIA, AMOPROC, ONP, Associação de Mulher no Desporto, ATAP, Coalizão

Organizações de Nível A: PROGRESSO, MULEIDE, AMMCJ, WLSA, ORAM, UNAC



Foi constatado nessas visitas que embora algumas organizações membros, não participem activamente na vida do Fórum Mulher devido a questões financeiras e estruturais, elas não deixam de realizar as suas atividades ou de procurar recursos fazendo consórcios com as outras.

Constatamos que a Associação das Viúvas e Mães Solteiras (AVIMAS) conseguiu ultrapassar os constrangimentos ligados a estrutura e falta de financiamento que teve, está a negociar parcerias com a União Europeia através de um Consórcio com a **Associação** Moçambicana de Assistência Psicossocial das Vítimas de Violência Doméstica (CÁ-PAZ). A Associação Hixikanwe que não esteve envolvida no plano Despertar, mesmo sem grandes financiamentos tem conseguido apoiar os seus membros com esforço próprio de venda de medicamentos e através de uma horta da associação que ajudado na alimentação dos seus membros e ajuda os doentes a iniciar ou continuar com o tratamento, a elevar a auto estima. Através dos encontros semanalmente os beneficiários ajudam se mutuamente e através da horta que tem confeccionam alimentos para a alimentação conjunta tudo num espírito de solidariedade.

A Associação Capaz também nos mostrou que está a fazer um bom trabalho junto aos Bairros vizinhos e não só. Foi visível na visita ouvir dos “*bons vizinhos*” (homens e mulheres inseridos nas comunidades que se apoiam mutuamente em todos os assuntos mal parados, ex violência, roubos, raptos, entres outros, seguindo o processo ate o seu desfecho) todo trabalho levado a cabo pelos moradores no que concerne as vítimas de violência doméstica. São os próprios bons vizinhos que encaminham os casos e fazem o acompanhamento até a leitura da Sentença

Mobilização de Recursos

Nos esforços para mobilização de recursos para a implementação de actividades previstas no plano estratégico do Fórum Mulher e operacionalizados nos seus planos anuais, o Fórum Mulher conseguiu assinar acordo com a Oxfam América para realização de estudos de caso sobre os direitos das mulheres a terra, com possibilidade da parceria se estender para 2017. O projecto com o governo de Flanders terminou em Outubro contudo estes manifestaram interesse em continuar a apoiar as ações do Fórum Mulher, onde foi submetida a proposta de actividades para componente de direitos sexuais e reprodutivos, violência e construção de rede que aguarda apenas o aval da sede para o seu avanço. Ainda no âmbito da ampliação das parcerias, submeteu-se um “concept” note junto da embaixada da França e na União Europeia para fundos de 2017. Ambos projectos irão focalizar a componente de fortalecimento do movimento feminista em

Moçambique, o empoderamento económico das mulheres e a violência contra as mulheres como tema transversal.

Em Maio de 2016 correu aos fundos do “Fundo Fiduciário da ONU (UN Trust Fund to End Violence Against Women) para acabar com a violência contra as mulheres”, infelizmente em Agosto do mesmo ano recebemos a resposta de que a proposta submetida pelo Fórum Mulher não tinha sido aprovada.



Advocacia

Objectivo da Estratégia

Influenciar mudanças nos contextos legal, político, económico, cultural e social com vista a promover um maior respeito pelos direitos humanos das mulheres.

Políticas Públicas

Moçambique tem registado avanços consideráveis no âmbito da promoção da igualdade de género, se considerarmos a adesão e adopção de instrumentos internacionais tais como a Plataforma de Acção de Beijing, adotada por todos os 189 países da 4ª. Conferência Mundial da Mulher, em 1995, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher em África, o Protocolo de Género da SADC, a Declaração do Milénio,

adoptada por 189 países em 2000, bem como outros instrumentos que tem inspirado as políticas públicas e legislação moçambicana.

Ademais, Moçambique tomou medidas ao nível das políticas públicas, conducentes a domesticação destes instrumentos e garantir a realização dos direitos humanos das mulheres, adoptando uma abordagem mais integrada e integrando questões de género no Plano de Acção para a redução da pobreza (PARPA II 2006-2009 e PARP 2011-2014), criando unidades e estratégias de Género em todos os sectores públicos.

Apesar destes avanços, a implementação das políticas públicas é ainda insuficiente e deficiente e elas não cobrem ainda todo o conjunto dos direitos humanos das mulheres. Por isso definiu como prioridade, prosseguir as acções de monitoria e advocacia, de modo a influenciar decisões e acções políticas que integrem, por um lado, todo o conjunto dos direitos humanos das mulheres nas políticas públicas e, por outro, assegurem a sua implementação efectiva.

Acção de mobilização contra a imposição de uso saias compridas nas escolas “Caso Maxi Saias”

A Campanha pelos direitos das raparigas nas escolas surge a partir de várias denúncias de violação de direitos humanos nas escolas. Num contexto que algumas escolas decidiram introduzir “maxi saias” como forma de eliminar os casos de assédio sexual e violação sexual nas escolas. A solução foi apontada também como forma de moralizar a escola, e dar dignidade as raparigas, evitando deste modo que os professores sintam-se atraídos pelas alunas.

A Campanha visava chamar atenção sobre as práticas de violência contra as raparigas, e denunciar este argumento machista e patriarcal em relação ao controle do corpo das raparigas como solução do problema da violência sexual. Foi elaborado um comunicado, e em seguida realizada uma acção pública em frente da escola Francisco Manyanga através de uma peça teatral reivindicar os direitos das raparigas nas escolas.

Na sequência desta acção, cinco colegas foram detidas pela polícia da república de Moçambique sob alegação de manifestação ilegal.



Acção pública contra maxi saias em frente a escola Secundaria Francisco Manyanga

Estiveram nas celas da sétima esquadra, localizada no bairro do Alto-Maé por cerca de seis horas do dia 18 de Março de 2016.

Após intervenção de advogadas e uma procuradora da cidade de Maputo, com destaque para Alice Mabota foi possível a libertação das cinco companheiras. Dez dias depois duas colegas começaram a receber ameaças através do celular, intimidando-as constantemente, situações onde homens em viaturas permaneciam na entrada das residências fora das horas normais do expediente aterrorizando-as. Uma das colegas sujeitas a estes actos intimidatórios, no dia 29 de Março ficou retida nos Serviços de Migração, alegadamente para verificação se sua documentação estava em ordem pelo facto de ser estrangeira. Enquanto esteve retida não foi dada informação suficiente sobre as razões para que ela, tivesse que ficar desde 10 horas da manhã até perto das 19 horas naquele estabelecimento.

As lições deste processo, um Estado autoritário, que usa da força para reprimir as liberdades, num claro desrespeito ao Estado de direito.

Vimos as procuradoras serem desrespeitadas no cumprimento da sua missão de fiscalizadora da legalidade, factos estes que contribuíram para um grande debate mediático sobre a separação dos poderes e papel das instituições no país.

Por outro lado este processo ajudou a clarificar

que a imposição pelas *maxi-saias* não foi instituída pelo ministério e que não havia nenhum diploma ministerial com essa ordem como foi dado a conhecer pelas escolas que implementaram a norma. Esta clarificação ajudou a parar com essa imposição nas escolas onde esta medida ainda não havia sido implementada, sendo que o número de escolas que adoptaram esta medida depois da clarificação diminuiu significativamente quando comparada com antes quando se deu a entender que era ordem ministerial.

Revisão da Lei das sucessões e lei da família

Ao longo do ano transacto várias acções de advocacia e sensibilização foram realizadas em parceria com outros actores da sociedade civil, nomeadamente: Gender Link, Muleide, Forcom e Rosc, cujas acções estiveram viradas para os parlamentares, jornalistas e outros actores da sociedade civil e instituições governamentais com interesse na matéria como o MGCAS.

Foram realizados no total 5 encontros a saber: 2 Encontros no bilene o 1º com a participação de parlamentares da 1ª e 3ª comissão, incluindo o Gabinete da Mulher Parlamentar e os

various statements for some se-
suspensão no exercício das suas

que, se arde, amargos vian-
culo, de Sofá, Inso Agostinho,

marcava os seus passos, mas
temos dúvidas que estes profes-

entre as suas paragens e surtas,
"Espero ver mais alunos e

vários lugares nomeados nas ci-
dades de Atkara e Itambol. ■

PGR recomenda responsabilização criminal da Polícia por prisão ilegal e violação de deveres na extradição da cidadã espanhola

Only Maria
mariadejesusca

A comissão de inquérito criada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para apurar os factos ocorridos aquando da extradição da cidadã espanhola Eva Moreno decidiu responsabilizar criminalmente o oficial de prumância do posto policial da 1ª Esquadra da PFM e os membros do Departamento Central do Movimento Migratório do Serviço Nacional de Migração, por existirem muitos indícios de prática de crime de prisão ilegal.

A comissão trabalhou durante 15 dias, tendo analisado criteriosamente todos os factos

ocorridos no dia 29 de Março, no Aeroporto Internacional de Moçimbo.

Num comunicado enviado pela PGR à redacção do "O País", lê-se que o comportamento da Polícia foi uma violação à lei.

"O polícia deve ter um comportamento exemplar, ser cor-

disciplinado, tal como vem previsto na Lei n.º 16/2013, de 12 de Agosto, Lei da Polícia da República de Moçambique".

A PGR recomenda, ainda,

que se inspecione o despacho de expulsão de Eva Moreno, cidadã espanhola acusada de violação da lei de permanência de estrangeiros. ■

Acordem de expulsão da cidadã espanhola Eva Moreno, que participou na manifestação ocorrida a propósito da violação dos direitos das mulheres nas escolas, considerada ilegal, foi assinada pelo ministro do Interior, Jaime Baillio Monteiro. "Ao participar de uma manifestação ilegal levando um grupo de crianças vestidas com uniformes escolares e portando slogans contra os bons costumes da República de Moçambique, a cidadã Eva Anadón Moreno violou de maneira clara e manifesta a lei". lê-se na ordem emitida a 29 de Março.

Poucos minutos antes de ser expulsa, Eva Anadón Moreno manifestou que a decisão do Governo era "uma mensagem clara para silenciar os estrangeiros, a sociedade civil, todo o mundo". Eva vivia em Moçambique há quatro anos e foi interdita de entrar no país pelos próximos 10 anos.



representantes das 3 bancadas representadas na Assembleia da República, jornalistas, organizações da sociedade civil e representantes do governo provincial. O encontro tinha como objectivos fazer apreciação da proposta de alterações ao livro V do Código Civil (Direito Sucessório) e da Lei 10/2004 de 25 de Agosto (Lei da Família), com vista a recolher contribuições para este processo legislativo. O 2º encontro contou igualmente com a participação de parlamentares da 1ª e 3ª comissão, representantes do Gabinete da Mulher Parlamentar, representantes das 3 bancadas representadas no Parlamento bem como organizações da sociedade civil que trabalham em prol dos Direitos Humanos das Mulheres e Raparigas na sua maioria organizações membros do SECAP, parceiros de cooperação que apoiam a área dos direitos da criança. O objectivo igualmente era colher contribuições para o enriquecimento da proposta de revisão do Livro V do CC e da Lei 10/2004 de 25 de Agosto, concretamente em matérias que versam sobre os direitos da criança e rapariga. Nestes dois encontros foi elaborado um documento com as proposta de alteração a ser incorporado nos projectos de revisão em curso.

Como forma de dar o nosso melhor contributo, a nível do Fórum, foi organizado um encontro para a apreciação das leis acima referenciadas com vista a elaboração de um documento com as nossas reflexões a serem submetidas á Assembleia da República. Igualmente, estes temas foram debatidas num dos painéis organizados durante a realização do 10º encontro Internacional, que tivemos o privilégio de contar com as seguintes oradoras: Juíza desembargadora, Juíza de direito do Tribunal Judicial da Província de Maputo, Procuradora da Procuradoria da Cidade de Tete e uma representante da Associação das parteiras de Moçambique. O objectivo era partilhar e debater com as/os participantes as propostas de alterações apresentadas pelo Parlamento e recolher mais contribuições, com vista a elaboração de um documento a ser submetido ao parlamento.

Estas ações ajudaram a Fortalecer a relação com o parlamento no âmbito da revisão da Lei das Sucessões e da Lei da família e verifica-se que cada vez mais deputados são sensíveis as questões levantadas pelo Fórum Mulher e pela sociedade civil no geral que carecem de revisão para salvaguardar os direitos humanos das mulheres nesses instrumentos e como consequência disto No âmbito das jornadas parlamentares, fomos convidadas a participar da sessão que apreciação a proposta de revisão das leis em alusão, com o mesmo objectivo de colher mais contribuições para que no final as leis a serem aprovadas reflectam as preocupações da sociedade e das mulheres e raparigas de uma forma particular.

Também ajudou a reforçar a articulação com ordem dos advogados nas questões relacionadas com os direitos humanos das mulheres, traduzida pela visita da Comissão dos Direitos Humanos desta organização ao Fórum Mulher. Esta articulação poderá ainda ser reforçada com a manifestação de interesse da ordem em firmar parceria por meio de memorandum com o FM para área dos direitos humanos das mulheres

Contudo a discussão dessas leis a nível do parlamento foi remetida a próxima sessão ordinária que terá lugar em 2017.

Estudo sobre a situação da Mulher

Com o objectivo de mapear os desafios e avanços, em diferentes áreas com destaque para educação, saúde, emprego e trabalho, meio ambiente e acesso aos recursos, violência contra a mulher, acesso aos cargos de tomada de decisão e fazer uma análise sobre o papel das organizações de mulheres no desenvolvimento, e a relação com as perspectivas teóricas e discursiva sobre Género e Desenvolvimento, Políticas de Igualdade de Género, Integração de Género, Equidade de Género foi elaborado o estudo designado *Situação da Mulher em Moçambique*. Este é um estudo que foi desenhado para ser um instrumento de monitoria sobre os avanços no campo dos direitos humanos das mulheres no país e para ser um guia de referência na elaboração de políticas e planos de género.

Os dados foram recolhidos em quatro províncias do país de modo a tornar a amostra representativa da população.

Neste contexto foi lançado o estudo preliminar em Marco de 2016, denominado *Fact Sheet sobre a situação da Mulher em Moçambique*. Contudo os resultados e a metodologia usada não satisfazia aos anseios da rede por não apresentar a devida análise, pelo que foi recomendado a equipe de consultores melhorias e reorientação metodológica.

No entanto, este estudo sofreu um revés, uma vez que findos os prazos a equipe de consultores mostrou pouca flexibilidade para poder reorientar o estudo conforme as recomendações pelo que o contrato firmado entre o Fórum Mulher e os consultores foi revogado tendo o Fórum Mulher buscado soluções para concluir o estudo. Neste momento foi criada uma equipe que está a fazer a revisão e reorientação do estudo, prevendo-se que o mesmo seja concluído até finais de Abril 2017.

Protocolo de género da SADC

O Fórum Mulher é membro da Aliança de Género da Africa Austral e ponto focal para Moçambique desde 2012, o seu papel é monitorar a implementação do protocolo de Género da SADC cujas metas deveriam ser cumpridas até 2015 por via da elaboração do Barómetro de Género que o é instrumento usado para o efeito e que é produzido pelas organizações membros da Aliança para monitorar a implementação nos seus países.

Em Julho 2014, os Ministros da SADC para os Assuntos de Género, reunidos no Malawi constataram que “a maioria dos estados-membros não iria atingir todas as 28 metas estabelecidas para até 2015. Recomendaram por isso, a revisão das metas em conformidade com o artigo 38 do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento conjugado com o Tratado da SADC no seu alterado artigo 22 (agora 11 °). “

Neste âmbito a Aliança lançou em 2015 uma campanha para a adoção de um Protocolo de Género da SADC pós 2015, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) que incluía a proposta de moçambique sobre a inclusão de metas e indicadores sobre a prevenção e combate aos casamentos prematuros, bem como as mudanças climática. Em Agosto de 2016, os Chefes de Estado da SADC adotaram o Protocolo de Género da SADC Pós-2015, alinhado aos SDGs, Pequim + Vinte e Agenda Africana 2063. Embora o Protocolo revogado ceda todas as referências a prazos específicos, ele será acompanhado por um Monitoramento, que inclui as metas e os indicadores de género dos SDGs, que devem ser alcançados até 2030.



Membros do Management Board Aliança e Género da SADC

Os ganhos notáveis da Aliança de Género para além do alinhamento geral com SDGs são a inclusão de uma linguagem mais forte baseada em direitos, especialmente em Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos, sobretudo o combate aos casamentos prematuros bem como uma nova secção sobre Género e Mudanças Climáticas propostos pelo Fórum Mulher e outras organizações da Sociedade Civil.

Fruto da nossa participação efectiva, o Fórum Mulher foi eleito *Deputy Chair* da Aliança de Género da SADC, o que irá reforçar o nosso papel na monitoria do protocolo de género da SADC e permitir influenciar a implementação deste instrumento.

Advocacia junto das mulheres parlamentares, mulheres das Assembleias provinciais e Municipais e diferentes sectores de governo e comunidades para implementação de legislação e políticas de proteção dos direitos humanos das mulheres a nível local.

O envolvimento das mulheres membros das assembleias municipais e provinciais tem ajudado a aproximar as mulheres de diferentes partidos políticos nas questões dos direitos humanos das mulheres e raparigas. A nível dos sectores do governo, temos observado que para além da parceria a nível central com Ministério de Género, Criança e Acção Social, onde o Fórum Mulher é co-chair do Grupo de Coordenação de Género (GCG) e membro do Comité Nacional para o Avanço da Mulher (CNAM). A nível das províncias as associações membros do Fórum Mulher, estão mais próximas e articuladas com as direcções provinciais deste sector. Este envolvimento tem possibilitado o seguimento de processos e preparação e de campanhas em conjunto em prol dos direitos humanos das mulheres e raparigas.

A articulação com as mulheres parlamentares, e membros das assembleias provinciais e municipais é uma actividade estratégica para sustentação das acções de advocacia.

Ao longo deste ano foi possível contar com a presença das mulheres dos diferentes partidos políticos com representação nas assembleias provinciais e municipais, Município da Beira, Município de Dondo, Município de Nampula, Município de Pemba, Assembleia provincial de Cabo Delgado, Assembleia provincial de Sofala e de Tete, contabilizando 59 mulheres.

Estes mecanismos tem servido para as organizações da sociedade civil endereçarem suas preocupações para serem alvos de discussão nos órgãos de tomada de decisão e como resultado já há membros das assembleias provincial e municipal a visitarem algumas organizações para se inteirar melhor do seu trabalho e para conhecer os beneficiários.

Estes espaços tem servido para melhorar os conhecimentos sobre género e direitos humanos das mulheres, por exemplo quase todas as mulheres ficaram a saber do *Protocolo À Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher em África*; sobre a *Convenção para eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres*, e ainda sobre a **Plataforma de Acção de Beijing**.

Práticas culturais e Sociais

A dominância dos valores patriarcais, que valorizam a supremacia masculina, dentro da família bem como na sociedade, tem limitado o exercício dos direitos das mulheres e reforça dando as desigualdades de género. A cultura é muitas vezes usada para justificar violações de direitos humanos, considerando os seus discursos e argumentos como naturais e inquestionáveis. Estes

discursos assentam-se em práticas culturais e sociais sustentadas pela tradição, superstição e outras práticas.

O argumento da cultura tem exercido um poder invisível, determinando o funcionamento das instituições, a atitude das lideranças políticas e o comportamento da sociedade, expresso no controle do corpo e da vida das mulheres.

As práticas sociais estão directamente relacionadas com as práticas culturais, porque os argumentos culturalistas são reproduzidos nos espaços formais e informais, como escolas, locais de trabalho e outros espaços públicos, afectando de forma significativa as mulheres e raparigas. Os valores do patriarcado constituem obstáculo para a participação política e o exercício pleno da cidadania das mulheres, impedindo que elas possam ter as mesmas oportunidades que os homens nas esferas económica, política e social.

Para reverter este quadro, o Fórum Mulher tem vindo a impulsionar os seus membros e outros actores a promover a mudança das atitudes, comportamentos e mentalidades na sociedade, incentivando a adopção de valores baseados na igualdade de género, e relações de respeito mútuo, sem violência, tanto ao nível dos indivíduos como ao nível das instituições.

Progressos

- ♀ As raparigas que participaram das sessões realizadas pelo Fórum Mulher, para além de estar mais consciente dos seus direitos e reivindicar por eles também fazem acções de réplica a nível local para outras raparigas e nalgumas vezes envolvendo pessoas mais adultas em prol de um ambiente mais favorável aos direitos das raparigas. Há ainda referência das próprias raparigas que as sessões em que participaram tiveram influência positiva na sua vida académica e mesmo melhoramento da relação com os pais.

“Das formações que participei organizadas pelo Fórum Mulher, eu aprendi muito, hoje em dia eu e outras colegas fazemos aconselhamento para outras raparigas da comunidade como nós, sobre os seus direitos, como devem se proteger para evitar gravidezes precoces e casamentos prematuros da necessidade de denunciar quando sofremos assédio e outras formas de violência.” - Rapariga -Changara

Alianças e Parcerias

O Fórum Mulher afirma-se como Rede de Organizações de perspectiva feminista, engajadas na defesa de direitos humanos das mulheres e da igualdade de género. Reconhece-se, igualmente, como parte do movimento feminista global por mudanças estruturais e de igualdade efectiva onde todas as mulheres possam exercer a sua autonomia. Como tal, pretende contribuir para que

a luta pelos direitos das mulheres, pela igualdade de género e por justiça social seja uma luta comum.

Por isso, o Fórum Mulher entende como parte do seu papel, o fortalecimento de alianças entre mulheres, organizações, redes e movimentos de mulheres, mas também com organizações mistas, redes e outros movimentos sociais que lutam por mudar as relações políticas, económicas e sociais.

O Fórum Mulher tem estabelecido alianças estratégicas e táticas. Consideram-se alianças estratégicas as relações de colaboração baseadas numa visão partilhada e de longo termo, que produzem uma convergência de agendas para acções comuns e estratégicas. Considera-se alianças táticas, aquelas que se estabelecem para responder a um assunto específico da agenda ou por necessidade eminente dum contexto político específico.

10 Encontro internacional da Marcha Mundial das Mulheres

Fórum Mulher, hospedou em Maputo de 11 a 15 de Outubro o 10º encontro internacional da Marcha Mundial das Mulheres, movimento feminista internacional sediado em mais de 70 países do mundo. O encontro contou com a participação de cerca de 100 delegadas, representantes de 30 países de todas regiões do mundo, e paralelamente foi realizado o encontro da Marcha Mundial de Moçambique que contou com a participação de cerca de 350 pessoas oriundas de todo o país. O principal objetivo foi de fazer a reflexão sobre os desafios e as alternativas a serem construídas para enfrentar o patriarcado, da apropriação do capitalismo sobre os recursos naturais, controle sobre corpo e vida das mulheres, dos cortes nos direitos da classe trabalhadora, a militarização e a violência.

Durante o encontro foram eleitas novos membros do Comitê Internacional da MMM. 10º Encontro internacional constitui uma oportunidade para Moçambique partilhar com o mundo as experiências na construção de movimento de forma inclusiva e diversa, as lutas, resistências e alternativas para fazer face a violência e avanço do capitalismo. Foi dada uma nota positiva a experiência de Moçambique na inclusão das raparigas e jovens no movimento dos Direitos Humanos das Mulheres pois estas revigoram e dão continuidade a luta que se tem travado ao longo dos anos. Outros países tem enfrentando conflitos intergeracionais que impedem a efectiva participação das jovens. Com 10 encontro Moçambique, saímos da invisibilidade como movimento passando a ser reconhecidas como um movimento que tem feito lutas que inspiram as outras mulheres pelo mundo. Que culminou com a elaboração da Declaração do 10º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. **(Vide a declaração em anexo).**



Comunicação e Informação e Gestão de Conhecimento

Objectivo da Estratégia

Tornar a Informação o vector estratégico para alavancar a agenda dos Direitos Humanos das Mulheres, através da eficiência da gestão e

Comunicação e Informação

O Fórum Mulher tornou-se nos 23 anos de sua existência, uma referência nas questões sobre os direitos das mulheres e Igualdade de Género em Moçambique. É grande a expectativa da sociedade em relação ao Fórum Mulher no que concerne à busca de informação sobre a mulher nas mais diversas áreas. Ademais, por ter como seu enfoque a Advocacia, é necessário ter um sistema de gestão de informação e conhecimento que alimente as necessidades da monitoria, do fortalecimento das alianças e parcerias, da formação política e reforce o papel sentinela do FM.

No actual contexto, a informação e comunicação são factores de elevada importância em gestão organizacional, constituindo um recurso indispensável no contexto interno e externo da organização. O FM entende que a informação é um recurso valioso para provocar repercussões e mudanças a todos os níveis. A nível estratégico ela aumenta a coerência entre a organização e o meio envolvente aumentando a eficácia da missão, contribuindo para o alcance dos objectivos e a nível operacional ela aumenta a eficiência da organização.

A informação é um campo onde as desigualdades de género se manifestam de forma explícita, através do reforço dos estereótipos e a objectificação da imagem da mulher. A informação pode, no entanto, ser um instrumento para o reforço da ideologia, servindo de catalisador para catapultar processos de mudança.

Progressos

- Elaborados dois boletins informativos sobre as actividades do Fórum Mulher
- Maior aderência aos debates promovidos nas redes sociais do Fórum Mulher

Contudo a ausência de coordenação para esta área fez que muitos dos produtos e actividades desta componente não se realizassem. O Fórum Mulher lançou ainda em 2016 um concurso com vista a seleccionar uma nova gestora de comunicação. As candidatas já foram seleccionadas e entrevistadas e apurada a melhor e no próximo ano a nova gestora iniciara suas funções.



HISTÓRIAS DE SUCESSO

Dulce Roberto é uma rapariga de 18 anos e vive na cidade de Tete. As formações, palestras, conferências que participou organizadas pelo Fórum Mulher deram-lhe ferramentas para enfrentar o assédio na escola. Contra todas as previsões ela desafiou o sistema e denunciou o assédio de que era vítima na escola por parte de um professor:

“Eu venci o assédio sexual. O professor queria que eu me envolvesse com ele para me dar nota porque não tinha feito o teste. Eu fui falar com o director de turma e lhe apresentei a questão. O director de turma interveio e um tempo depois o professor pediu meu caderno para avaliar como forma de substituir a avaliação que perdi. Tive nota 10 (dez) e passei. Não tive de me envolver com o professor e sai da escola limpa. Não estraguei minha vida por causa da nota. Podia ter contraído doenças ou até mesmo ficar grávida. Mas com as coisas que eu aprendi nas formações fui capaz de dizer não. Veja que o meu professor chumbava-me sempre a disciplina dele porque nunca aceitei namorar com ele. Eu já sabia de muitas colegas minhas que se envolveram com esse professor, algumas até chegaram a engravidar e fizeram abortos clandestinos colocando em risco a sua vida. Outras acabaram tendo filho com ele, e ele nem sustenta. Graça a Deus, a Direcção da Escola tomou medidas, puniu esse professor.”

Depoimentos

Mulheres vítimas de vários tipos de VBG

Depoimento da Ana⁵

“Há um ano atrás fui violada sexualmente por um empregado que trabalhava em casa da minha tia, na época eu vivia com a minha tia e eu dormia com empregado. Quando eu falei para minha tia disse que eu ando a inventar histórias porque não quero que o empregado durma no mesmo sítio, uma vez que o empregado ouvia sempre as palavras da minha tia continuou a violentar-me sexualmente. Quando notei que minha tia defendia o seu empregado fui contar a minha mãe, ela também não aceitou pensou que eu estivesse a mentir mas tarde a minha mãe descobriu que eu estava a falar a verdade tirou me de casa da minha tia. E passei a viver com ela mas tarde entrei no clube das raparigas na associação AMUDEM, daí quando fui convidada para participar na capacitação em Junho sobre Direitos Sexuais Reprodutivos aprendi que é importante que a pessoa decida pelo seu corpo e também tem direito de denunciar um caso de violência não pode ficar calada. Após a capacitação dos conhecimentos colhidos fiquei interessada em ser activista para falar de Direitos Sexuais e Reprodutivos e também denunciar os casos sobre abuso sexual de menor e violência sexual porque no distrito muitas raparigas sofrem violência e ficam com medo de denunciar. Dou graças a Deus por eu hoje conseguir falar desse meu caso porque vi muitas mulheres em Mocuba a dar seu testemunho, daí que ganhei coragem de eu também falar, assim estou satisfeita.”

⁵ Colocamos Ana como nome fictício, mas no relatório principal temos o nome verdadeiro, porque as mulheres ganharam coragem de falar fruto das acções formativas no qual sentiram-se mobilizadas, confiantes e seguras para falar das suas experiências.



RELATÓRIO DE CONTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contexto

O Início do ano de 2016 foi caracterizado pela implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional, resultante das recomendações julgadas pertinentes no âmbito das avaliações de capacidades efectuadas ao Fórum Mulher durante o ano de 2015. Estas, foram determinantes para uma mudança significativa com impacto na planificação e orçamentação, bem como no sistema financeiro em uso, (PHC). A complexidade deste processo requereu uma consultoria específica, cujo trabalho iniciou em Dezembro de 2015 e, atendendo o nível de recomendações saídas na primeira fase da mesma que foi mais longa do que o esperado, só foi possível iniciar os lançamentos no sistema em Junho do ano corrente.

Este factor, contribuiu de certa forma no atraso da prestação de contas do primeiro semestre de 2016.

Contudo, terminado este processo de ajustamento do orçamento ao plano de contas, em 2017, irá permitir a fluidez na informação financeira aos gestores, parceiros, membros e partes interessadas a tempo de avaliar e monitorar o nível de execução das actividades, bem como a continuidade na transição de um ano para outro.

Neste contexto, as demonstrações financeiras consolidadas aqui apresentadas representam um relato do período contabilístico de Janeiro a Dezembro de 2016. Foram tratadas, tendo em conta que a consultoria de ajustamento de orçamento ao plano de contas ainda esta em curso.

Esta consultoria de ajustamento do orçamento ao plano de contas, trouxe recomendações que requeriam mudanças mais significativas ao sistema financeiro (PHC), que pela sua complexidade, exigiu uma intervenção de vulto por parte da empresa que faz assistência técnica ao sistema (PHC).

Uma parte das intervenções recomendadas pela consultoria sobre ajustamento do orçamento ao plano de contas, vai ser realizada durante o primeiro trimestre de 2017.

1. Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras estão expressas na língua portuguesa.

Em cumprimento dos procedimentos internos, conforme previsto no manual de procedimentos e respondendo compromissos assumidos com os nossos parceiros são, deste modo, apresentados as presentes demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras anuais, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2016, foram preparadas com base no princípio do caixa, onde as transacções são efectivamente reconhecidas sempre que há alteração do caixa e seus equivalentes quer em adição bem como na redução com a excepção de operações ligadas com acordos assinados.

2. Principais políticas Contabilísticas

O modelo de normalização contabilística está em conformidade com as políticas existentes no Fórum Mulher, ao nível da execução, assente em princípios e regras baseadas nas normas internacionais de relato financeiro geralmente aceites.

Fazem parte do conjunto das demonstrações financeiras o relatório por doador, o relatório consolidado e as Notas descritivas.

A implementação dos projectos é feita em três vertentes:



- 1) Implementação directa;
- 2) Implementação pelos membros ou parceiros, por via de pagamentos directos (nos casos em que a organização não dispõe de uma estrutura de gestão financeira devidamente organizada),
- 3) Implementação pelos membros ou parceiros por via de Subvenções (nos casos em que a organização dispõe de estrutura e procedimentos de gestão funcionais).

Os controlos internos adoptados pelo Fórum Mulher, contribuem para a consecução dos resultados planeados. Nesse sentido, além do Conselho Fiscal que fiscaliza a gestão administrativa, orçamental, contabilística e patrimonial da organização, também tem implantado Directoras para velar pela implementação do Controle Interno de forma eficiente.

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em dólares, que constitui a moeda de apresentação utilizada pelo Fórum Mulher.

A nova conjuntura cambial trouxe uma desvalorização do metical face ao dólar que afectou significativamente e de forma negativa os saldos do Fórum Mulher que estavam em meticais. Contudo, para os saldos em dólares e euros foram valorizados em relação a Dezembro de 2015.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda meticais foi de 63.20

b) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são reconhecidos nos resultados. Até ao fecho do exercício económico O Fórum Mulher, possuía em carteira uma dívida para aquisição da casa que ascende a **USD 12 076**.

Os juros pagos do empréstimo em questão, tem sofrido crescimento devido a alteração de taxas directória por parte do Banco de Moçambique. O impacto dessas medidas, tendo como base a última prestação em Dezembro de 2015, agravou os juros em **26.5%**.

c) Recursos Humanos

O Recurso Humano, além de constituir o recurso mais valioso da organização, constitui uma peça importante para o desenvolvimento das actividades com vista ao alcance dos objectivos preconizados nos planos de acção. Deste modo, por forma a dotar os colaboradores de conhecimentos mais actualizados e relevantes para os desafios do dia-a-dia, a organização deve apostar na formação contínua dos seus colaboradores.

Neste contexto, para melhor gestão dos Recursos Humanos, estão na fase de elaboração a política de gestão de recursos humanos, os instrumentos de avaliação de desempenho e o regulamento interno.

d) Reconhecimento de gastos e rendimentos

O Fórum Mulher regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio de caixa, pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, decorrente do seu respectivo pagamento ou recebimento.

e) Impostos sobre o rendimento

O Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) não é exigível para o Fórum Mulher.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras do Fórum Mulher exige que a administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelo Fórum Mulher são analisadas como segue:

Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis

O Fórum Mulher reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Impostos

Não é feito nenhum julgamento decorrente da isenção dessas obrigações por parte do Fórum Mulher.

4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erro

Durante o ano findo, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito no exercício.

5. Capital próprio

No ano findo a 31 de Dezembro de 2016, o capital próprio era composto pelas Quotas, pagas pelos membros e outros rendimentos que ascendem a **USD 203 643**.

6. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data do balanço e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, foram saldadas as dívidas dos colaboradores do Fórum Mulher, da Beatriz Augusta

Roque , Minerva, Albino Jorge, Arminda Vicente Macuacua, Bernardo Macombo, Maria Paula Vera Cruz, NAFEZA e O Sitio.

7. Orçamento aprovado e Despesas

O orçamento total anual de 2016 foi de **USD 1.918.114** dos quais foram Gastos **USD 1.522.428** equivalente a **80%** de execução orçamental.

Do montante desembolsado que ascende a **USD 1.080.665**, e o saldo de **USD 1.026.503**, foi contabilizado o valor respeitante aos projectos plurianuais, bem como os fundos próprios do Fórum Mulher.

O Fórum Mulher apresenta uma estrutura programática baseada em Acções Estratégicas. (**ver anexo I**)

O percentual de implementação das actividades por cada área estratégica alcançou a média de **26%, 8.8%, 2%, 3% e 39%** para a Estratégia de Desenvolvimento Organizacional, Advocacia, Comunicação, Monitoria e Acompanhamento de actividades e para os Custos Organizacionais, respectivamente.

De referir que os custos organizacionais englobam os salários e custos fixos da organização.

8. Auditorias

Durante o período em análise foram realizadas 3 auditorias independentes, referentes ao ano de 2015, 2 para os projectos específicos do **FNUAP, SI/ MMM** e, uma auditoria as contas consolidadas do Fórum Mulher.

Estas auditorias foram realizadas pela Moore Stephens LLP – uma firma Britânica para FNUAP, As Contas Consolidadas do Fórum Mulher e do SI/MMM foram auditadas pela Deloitte, os custos destas auditorias foram suportadas pelo FNUAP e SI/MMM, para projectos específicos e pela SDC e OXFAM NOVIB – PROGRAMA AGIR para as Contas Consolidadas do Fórum Mulher.

Em todas as auditorias realizadas a opinião foi favorável, bem como houveram recomendações de melhorias para uma implementação assertiva do controle interno.

MAPA CONSOLIDADO (Desembolsos, Gastos, reembolsos e saldos)

MAPA DE DESEMBOLSOS E GASTOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016							
Valores em USD							
Numero	Financiador	Saldo	Valor recebido	Total	Gastos	Devoluções	Saldo
		01-01-2016	2016		2016	2016	
1	OXFAM NOVIB (Programa Agir)	102.882	538.407	641.289	513.918		127.372
2	COOPERAÇÃO SUÍÇA	66.756	290.000	356.756	277.276		79.479
3	FICA	31.606	-	31.606	31.606		-
4	OXFAM NOVIB - Female Condom	- 5.210	-	- 5.210	-	-	- 5.210
5	UNFPA	29.717	138.765	168.482	126.970	- 29.717	11.796
7	JHU	10.417	-	10.417			10.417
8	WLP	4.573	20.007	24.580	17.032		7.549
9	GENDER LINKS	2.889	-	2.889	1.036	- 1.853	- 0
10	GUIPUZCOA	69.507	-	69.507	67.424		2.083
11	OXFAM NOVIB - SI MMM	14.549	-	14.549			14.549
12	OIF	17.756	-	17.756	5.987		11.769
13	GRASSROOTS INTERNATIONAL	- 26	26	0	-		0
14	TIDES FOUNDATION	96.093	-	96.093	42.572		53.521
15	WHY HUNGER	2.187	-	2.187			2.187
16	FÓRUM MULHER	385.873	75.908	461.781	258.138		203.643
17	EMBAIXADA DA NORUEGA	29.561	-	29.561		- 29.561	0
18	EMBAIXADA DA FRANÇA EM MOÇAMBIQUE	8.112	3.481	11.593	9.507		2.086
19	AGENCIA VASCA DE COOPERACION	159.259	-	159.259	158.123		1.137
20	OXFAM AMERICA	-	11.871	11.871	10.639		1.232
21	FUNDAÇÃO AGA KHAN		2.200	2.200	2.200		-
	Total.....	1.026.503	1.080.665	2.107.168	1.522.428	- 61.131	523.609

Importa aqui referir que do saldo inicial tem um valor negativo que ascende ao montante de **USD 5.210 e USD 26**, correspondente a Oxfam Novib – Femele condom e Grassroots International, respectivamente.

Em relação ao saldo negativo imputado a Oxfam Novib – Femele Condom, é referente ao adiantamento para o pagamento da auditoria relativo ao ano de 2014, que não estava prevista no orçamento.

Contudo, conforme acordado entre as partes este valor seria reembolsado durante o exercício de 2015, porém até ao momento não foi reembolsado pela Oxfam Novib. Durante o ano de 2016 foi contactado a Oxfam Novib, responsável pelo acompanhamento do projecto que gerou o saldo negativo. Tendo ficado por dar uma resposta sobre as razões do não reembolso do valor até ao momento.

CAIXA E BANCO

BANCOS		
BANCOS METICAIS	MZN	USD
Standard Bank - 1090171471004 - FM	306.609	4.851
Standard Bank - 1090171471055 FNUAP	850.052	11.796
Standard Bank - 1094224661108 - SI MMM	567.065	8.972
Standard Bank -1094224661035 - FM Fundo Comum	788.611	12.477
Standard Bank - 1094224661078 - Female Condom	-	-
Standard Bank - 1094224661116 - FICA	424.773	6.721
Standard Bank - 1094340191046 Agencia Vasca	1.215.916	19.238
Standard Bank - 1094340191027 Tides Foundation	440.414	6.968
Standard Bank - 1094340191038 Programa Agir	1.997.495	31.604
Barclays -47133000618	1.208.966	19.128
Barclays - 47133000740 IBIS	69	1
Barclays -47133000730 Casa FM	4.131.201	65.362
Barclays - 47133001248 FM- Conta Salarios	-	-
Barclays - 47133001258 - FM-Pessoal	476.748	7.543
BANCOS DOLAR		
Standard Bank FM-1090171471028	-	24.752
Standard Bank FM -1090171471071	-	6.368
Standard Bank FM - 1094224661008 Fundo Comum	-	230.869
Standard Bank FM -1094224661094 - SI MMM	-	50.277
BANCO EUROS		
Sandard Bank FM-1090171471098	14.112	14.744
Sandard Bank FM-1090171471124	13.955	14.580
TOTAL DE BANCOS		
CAIXA		
Caixa	1.012.375	14.181
TOTAL DE CAIXA E BANCOS		550.431

Fundo de Maneio

Notas	Quant	Valor MT
100,00	5,00	500,00
20,00	16,00	320,00
Sub total		820,00
Moeda		
10,00	3,00	30,00
5,00	1,00	5,00
2,00	9,00	18,00
1,00	1,00	1,00
Sub total		54,00
Total		874,00

Cheques em Circulação

Cheque n°	3201489	9 360,00	Salao polivalente
Cheque n°	7074938247	211 956,41	Impostos
Cheque n°	7074938249	11 366,40	Impostos
Cheque n°	6374408	8 360,00	Impostos
Cheque n°	442095638	213 274,10	Impostos
Cheque n°	22042	167 130,50	Impostos
Cheque n°	315780	198 099,40	VD 76 UDA40/FPA90
Cheque n°	315787	78 499,27	VD 77 UDA40
Cheque n°	252	36 885,55	VD 78 UDA40
Cheque n°	315785	51 987,62	VD 79 ZZT06
Cheque n°	315784	24 581,40	VD 80 KRA09
Total		1 011 500,65	

Fundo de Maneio + Cheques em Circulação	1 012 374,65
--	---------------------

Dividas a receber

De referir que o valor dos devedores é de USD 18 927, constitui um acumulado de vários anos no montante de USD 8.735 o restante valor de USD 10.192, constitui divida corrente. Sendo este valor de USD 10.192 proveniente do saldo das prestações de 2016. Contudo espera se receber a devolução durante o primeiro trimestre de 2016.

Dividas a pagar

Além de devedores também existe um valor de credores que ascende a USD 45.749, referente ao IRPS de Dezembro de 2016 no montante de USD 35.618 pago em Janeiro de 2017, bem como do valor retido para o fundo social dos colaboradores no montante de USD 10.131, a ser reembolsado sempre que um colaborador for desvinculado do Fórum Mulher.

9. CONCLUSÃO

Em termos gerais, considera-se que de Janeiro até Dezembro de 2016 houve um desempenho financeiro desejável, cuja execução financeira atingiu 80%.

Em termo de resultado financeiro não foi maior porque houve atrasos na execução em algumas actividades que foram reprogramadas para o ano de 2017.



Estas agendas levaram a equipe de coordenação a nível do Gabinete a tomar decisões de reprogramar algumas actividades que haviam sido planificadas para este ano (2016) para o primeiro trimestre de 2017, tais como:

- Realizar avaliação de Meio-termo do Plano Estratégico;
- Elaboração da estratégia de comunicação e política de tecnologias, comunicação e informação;
- Elaboração do manual de gestão de recursos humanos;
- Elaboração da Política de Subvenções.

O Relatório Narrativo de Actividades mostra igualmente o que houve em termos de grandes realizações, sobretudo que resultados significativos foram materializados, dos esperados para o ano de 2016.

A conclusão da implantação da política de subvenções na gestão de contractos com as organizações implementadoras, prevista no plano de Desenvolvimento Institucional.

O ajustamento do orçamento ao plano de contas, deverá proporcionar um ganho de qualidade nos procedimentos e controles internos que, sem dúvida, contribuirá para o alcance de resultados cada vez melhores.

10. Anexos:

- 1. Relatório Financeiro Anual Consolidado**
- 2. Mapa de Prestação por Doador**
- 3. Declaração do 10º Encontro Internacional da MMM**

DESAFIOS PARA PRÓXIMO ANO

- Aprofundar o debate da cooperação internacional e como os direitos humanos das mulheres são refletidos.
- Influenciar para a inclusão das mulheres nos processo diálogo pela paz. A experiencia mostra que mesmos sendo as mais afetadas elas não são incluídas nos processos de negociação pela paz.
- Fortalecer a capacidade das mulheres a nível distrital para que possam ser interlocutoras das suas preocupações a nível local.
- Necessidade de aumentar o diálogo com os órgãos de comunicação social para maior inclusão de assuntos sobre direitos humanos das mulheres na mídia.
- Adaptação das recomendações da consultoria de ajustamento do orçamento ao plano de contas no sistema financeiro

Constrangimentos

- Repreensão continua da voz da sociedade civil no geral e das mulheres de forma particular (detalhar). A sociedade civil vivenciou em 2016, momentos de forte repreensão por parte da Polícia, em relação as acções realizadas de manifestação pública. Podemos afirmar que há uma forte tendência para a criminalização do protesto, acompanhado de intimidação as activistas de direitos. Através de disseminação de mensagens caluniosas pelas redes sociais denegrindo a imagem das activistas. Associando as manifestações a intervenção externa, como se a sociedade civil moçambicana estivesse a agir na sombra.
- Desembolso tardio de fundos

ANEXOS

Ponto de Situação dos Produtos

Desenvolvimento organizacional

Produto	Prazo	Ponto de Situação	Comentários	Indicadores
75 Mulheres Formadas em Cidadania, participação política	Outubro	Formadas 70 mulheres	Formação realizada em Maputo, e em Inhambane que culminou com o alcance de 93 %.	Alcançadas 70 mulheres na formação

Produto	Prazo	Ponto de Situação	Comentários	Indicadores
4 Núcleos provinciais com planos de advocacia	Junho, Setembro, Dezembro	Realizado parcialmente 2 Núcleos com planos de Advocacia	Esta actividade foi realizada parcialmente porque não tivemos uma intervenção efectiva na província do Niassa e Nampula durante o ano de 2017.	Alcançado 50% (2 Núcleos) com planos de advocacia em implementação
2 Novos parceiros de financiamento negociados e assegurados para 2016	Setembro	Realizado	Assinado acordo com a Oxfam América para realização do estudo sobre os direitos das mulheres a terra. Foram submetidos duas	1 estudo sobre os direitos das mulheres a terra elaborado 1 vídeo sobre Direitos humanos das mulheres a t elaborado

			propostas e se aguarda resposta.	
Estratégia de subvenções para seus membros e parceiros	Maio	Em curso	Os TORS foram elaborados, e contratada a consultoria. Consultoria em progresso	
6 Organizações com Fichas de Monitoria e Banco de Dados	Outubro	Realizado	8 Nova organização capacitada este ano	
2 Boas práticas sobre a intervenção dos membros documentadas e divulgadas	Novembro	Realizada	1 Boa pratica e 1 historia de mudança documentadas	
Plano estratégico Revisto	Dezembro	Em processo	Tdrs elaborados e selecionada a consultora. A avaliacao vai decorrer em 2017	
2 Novos membros admitidos ao FM	Maio	Realizado	FOFEN (NIASSA) e FAA(Tete) admitidos como membros do Fórum Mulher	
Sistema de contabilidade em conformidade com o plano nacional de contas	Maio	Realizado		

Advocacia

Produto	Prazo	Ponto de Situação	Comentários
1 Documento de Posição sobre a Lei das sucessões	Maio de 2016	Realizado parcialmente	Realizados 3 encontros de discussão e recolha de contribuições para o enriquecimento do documento de posição a ser enviado á Assembleia da República.
Policy brief sobre o grau de implementação da Lei da VD	Outubro 2016	Realizado	A Wlsa lançou um estudo sobre o grau de implementação da lei no âmbito dos 16 dias do activismo
1 Estudo sobre situação da Mulher em Moçambique	Marco 2016	Realizado parcialmente	Foi Produzido um documento resumo que foi apresentado. Contudo o documento esta na fase revisão dos conteúdos.
Posicionamento e ação público sobre violação dos DHM na Exploração mineira	Outubro	Não Realizado	Não foi realizado. Foram definidas outras formas de intervenção adequadas ao contexto
1 Documento de posição e análise sobre SDGs divulgado	Abril	Realizado	Elaborada e imprensa uma análise dos SDGs
Barómetro de Género	Agosto	realizado	Lançado e elaborado o barómetro de género
1 Estudo sobre mulheres e acesso a terra divulgado	Outubro	Realizado	Estudo finalizado

Produto	Prazo	Ponto de Situação	Comentários
2 Boletins informativos semestrais com informação sobre ações dos membros com enfoque aos direitos das mulheres	15 de julho 28 de Dezembro	Realizado	Foram produzidos dois boletins informativos temáticos, um sobre os direitos sexuais e reprodutivos e outro sobre Violência baseada no género
5 spots televisivos e radiofónicos	10 de Dezembro	Realizados 4 debates radiofónicos e 1 televisivo	Foram realizados nas províncias de Tete e Inhambane no âmbito dos 16 dias de activismo de não a violência
7 Outdoors	10 de Dezembro	Não realizado	O ano de 2016 foi atípico, dado o contexto político, económico e social.
1 Comunicado divulgado na imprensa	10 de Dezembro	Realizado	Elaborados 4 comunicados de imprensa
2 Debates Televisivos 6 Radiofónicos	15 de Outubro	Realizado	Os membros do Fórum Mulher participaram de vários espaços de discussão na televisão e na radio para debater sobre assuntos relevantes aos direitos humanos das mulheres
10 Mil visitantes por ano	15 de Dezembro	Realizado	4856 visitantes
1500 Novos seguidores nas redes sociais	15 de Dezembro	Realizado parcialmente	191 novos seguidores
Página web e do facebook actualizadas diariamente	Fevereiro-Dezembro	Não Realizada	Desafios na produção de informação e na ferramenta de gestão da página.